

GADOTTI, Moacir. “Por que progressão continuada?” In: ALVES, Maria Leila; DURAN, Marília Claret Geraes; PALMA FILHO, João Cardoso. *Ciclo básico em São Paulo: memórias da Educação nos anos 1980*. São Paulo: Xamã, 2003.

Prefácio

Por que progressão continuada?

Existem muitas críticas, fundamentadas, ao sistema educacional brasileiro. O desafio de uma educação de qualidade para todos não foi ainda enfrentado de forma definitiva. Há, contudo, inegáveis exemplos de avanços que precisam ser reconhecidos e melhor analisados para que não ocorram retrocessos. Esse é o caso do chamado “regime de ciclos”, tão criticado hoje, cujas origens e implantação são aqui objeto de investigação e cuidadosa revisão crítica.

João Cardoso Palma Filho, Maria Leila Alvez e Marília Claret Geraes Duran não só viveram o processo de criação do ciclo básico do Estado de São Paulo, durante a gestão de Franco Montoro (1983-1987), como fizeram parte de sua concepção e implantação. Não houve consenso na época, e as resistências, principalmente a do magistério, foram muito grandes. O ciclo básico poderia ter sido implantado, naquele período, com maior discussão na rede, através de um processo mais democrático, como reconhecem os autores desse estudo. Contudo, não podemos negar o mérito de se ter enfrentado, pela primeira vez no Brasil, o fantasma da repetência e da evasão escolar, principalmente da primeira para a segunda série do ensino fundamental. Na época, eu estava na coordenação do Fórum de Educação do Estado de São Paulo e o tema foi objeto de discussão em diferentes momentos de suas sessões públicas. Estava claro para todos nós que o ciclo básico seria implantado com o objetivo de enfrentar o elitismo e a seletividade da escola pública de São Paulo, estampados nas altas taxas de reprovação por evasão.

Por que, então, o regime de ciclos e a progressão continuada são hoje tão criticados?

A palavra “ciclo” não é realmente adequada para expressar mudança. Ao contrário, ela expressa repetição de fatos. Mas não é pela etimologia que o regime de ciclos e a progressão continuada são criticados. Se, de um lado, a defesa do regime de ciclos justifica-se pedagógica e politicamente, de outro obriga-nos a explicar seu fracasso em alguns sistemas de ensino. Retomar sua origem, como o fazem os autores desse estudo, ajuda-nos a entender melhor o que está acontecendo hoje. Em geral, os educadores têm aceito a tese da progressão continuada por ciclos e atribuem seu fracasso à forma autoritária e pragmática com que vem sendo implantada, visando apenas à mudança nas estatísticas de desempenho da rede pública de ensino. A solução não estaria na retomada da reprovação e da seriação, mas na eliminação das causas do fracasso do regime de ciclos. E quais são essas causas?

Em primeiro lugar, o que “mata” a proposta dos ciclos é a arrogância da sua decretação, o autoritarismo com que ela é, às vezes, implantada. Trata-se, por isso, de inserir a discussão na escola, formando professores, pais, alunos e toda a comunidade escolar para essa reforma estrutural e cultural. A progressão continuada mexe profundamente com a cultura escolar elitista e sua implantação não será bem sucedida sem uma mudança nessa cultura.

Ninguém se sente responsável pela implantação de um projeto de reforma do ensino se não for previamente envolvido com sua concepção e criação. O Estado precisa criar as condições para que o professor, a professora, sintam-se responsáveis pelas reformas educacionais, incluindo planos de carreira sérios, o que hoje é muito difícil, pois eles trabalham em várias escolas devido aos baixos salários e à contratação por disciplina, e não por tempo de trabalho.

Em segundo lugar, eu diria que são necessárias medidas correlatas, suficientemente importantes, para não pôr em risco o projeto caso não forem também levadas em sua devida conta. Trata-se de ampliar a autonomia da escola para que esta insira em seu projeto político-pedagógico o regime de ciclos. A progressão continuada deve fazer parte de sua opção, e não apenas da opção política dos dirigentes das secretarias de Educação. A implantação dos ciclos não pode ser separada da construção do projeto político-pedagógico das escolas, para que cada uma delas, individualmente, opte pela sua adoção ou não. Os ciclos devem ser opção da escola, e não apenas do sistema.

Em terceiro lugar, a implantação do regime de ciclos precisa de uma reforma curricular que contextualize os tempos e os espaços escolares e, sobretudo, a nova forma de avaliação. A avaliação institucional da escola e a avaliação de desempenho escolar do(a) aluno(a) são peças chave do êxito ou do fracasso do projeto. A implantação dos ciclos não pode ser desvinculada de um estudo do processo avaliativo e das concepções de currículo e de conhecimento, e de uma ampla discussão com as escolas. Caso contrário, os ciclos podem acabar formando analfabetos diplomados. Se os ciclos forem entendidos como mera aprovação automática, corremos o risco de formar uma geração de analfabetos escolarizados (alguns afirmam que isso já está acontecendo!).

Sem essas precondições, a progressão continuada pode virar aprovação automática, perdendo sua característica democrática e inovadora. O regime de ciclos pode ajudar os alunos a gostar de aprender, através de uma avaliação dinâmica, formativa, contínua, estimulante e investigadora, como pode levá-los à acomodação de quem sabe que “vai passar” mesmo sem estudar. Eles podem aprender de forma mais rápida e prazerosa, como podem nada aprender. No regime de seriação, eles se sentiam culpados por não aprender num tempo rígido e inflexível; no regime de ciclos, eles podem culpar a escola. Na busca de culpados, quem perde é sempre o aluno e a sociedade. Há que se pensar mais em responsabilidades e em relações humanas emancipadoras.

A escola e o sistema de ensino têm obrigação não só de oferecer vagas para todos os que

desejam aprender, mas têm também a obrigação não só de oferecer vagas para todos os que desejam aprender, mas têm também a obrigação de fornecer ao professor e ao aluno os meios para fazer aprender de forma prazerosa. O aluno não pode estudar só para a prova. Deve estudar porque está convencido de que o conhecimento é essencial para a sua vida, porque o conhecimento faz parte do seu projeto de vida, e não porque é uma obrigação.

Os argumentos usados hoje contra o regime de ciclos são numerosos: “falta referencial teórico”; “prejudica o interesse dos alunos”; “os alunos tornam-se mais agressivos”; “o rendimento escolar cai dramaticamente”... Será que o problema está realmente na desseriação ou está nas condições do ensino aprendizagem de nossas escolas? As condições de trabalho da maioria das escolas públicas é extremamente grave. Nesse cenário, o professor não consegue fazer outra coisa a não ser tentar cumprir, honestamente, o programa e manter a disciplina. Por isso, antes de atribuírem ao regime de ciclos a falta de aprendizagem do aluno, as famílias precisam ir à escola para ver em que condição seus filhos “estudam”. Em muitas delas é um milagre que ainda se aprenda alguma coisa.

Parabéns aos autores desse livro, que tão lucidamente defendem o que se constitui em conquista democrática. A criação do ciclo básico nos anos 1980 foi um avanço. Ele deve ser preservado, criticado e melhorado.

*Moacir Gadotti*

Professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e diretor do Instituto Paulo Freire.